



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Empreendedorismo na União Europeia:
Da Estratégia de Lisboa à Economia do Empreendedorismo

Nuno Miguel Silveiro Varela

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Orientador:

Mestre Paulo Alexandre Oliveira de Sousa Marques

Investigador, DINÂMIA'CET

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2013



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Empreendedorismo na União Europeia:
Da Estratégia de Lisboa à Economia do Empreendedorismo

Nuno Miguel Silveiro Varela

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Políticas de Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Orientador:

Mestre Paulo Alexandre Oliveira de Sousa Marques

Investigador, DINÂMIA'CET

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2013

Aos que mais contribuíram para a minha realização acadêmica:

pais, família, professores, amigos e colegas.

Resumo

Numa sociedade em que o empreendedorismo é cada vez mais um assunto atual, discutido quer pela academia quer pelos principais atores políticos nacionais e internacionais, faltam estudos que expliquem a real evolução do mesmo.

A Estratégia de Lisboa (EL) considerou o empreendedorismo como um dos principais motores para a inovação, o crescimento e o emprego. No entanto, estudos anteriores vieram distinguir as políticas de empreendedorismo das políticas ativas de mercado de trabalho, salientando que poderão ser facilmente confundidas. Outros estudos vieram distinguir entre políticas de empreendedorismo e políticas para uma economia do empreendedorismo, sendo que a segunda implica importantes mudanças nas políticas e instituições.

O principal objetivo do nosso trabalho é o de averiguar se as políticas europeias tiveram um real impacto no nível de empreendedorismo na UE, contribuindo para a economia do empreendedorismo, ou se apenas levaram a alterações no nível de autoemprego, e portanto aumentam os níveis de emprego, ativando aqueles que se encontravam em situações de desemprego.

Através de um método econométrico de regressão linear múltipla, usando dados seccionais fornecidos pelo Eurostat, demonstramos que não houve efeito sobre o nível de empreendedorismo, ficando por responder se houve ou não efeito sobre o nível de autoemprego.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Estratégia de Lisboa, Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego, Autoemprego

JEL classification: L26, E24, O20, O43, O52

Abstract

In a society in which entrepreneurship is becoming a mainstream matter every day, being discussed both by academics and the main national and international policy agents, research upon its real impact is still missing.

The Lisbon Strategy considered entrepreneurship a crucial element to generate innovation, growth and jobs. Nevertheless, previous research has distinguished between entrepreneurship policies and active labour market policies, arguing that both could be hard to distinguish. Other studies distinguished between entrepreneurship policies and policies for the economy of entrepreneurship, given that the former implies important political and institutional changes.

Our main objective is to assess if European policies have had a real effect on EU's real level of entrepreneurship, contributing therefore to the economy of entrepreneurship, or if they were only focused on changes in terms of the level of self-employment, and therefore to increase the level of employment and to activate those who were unemployed.

Through an econometric model of multiple linear regression, with cross-section data by Eurostat, we show that there was any effect on the level of entrepreneurship, remaining unexplained the impact on the level of self-employment.

Key words: Entrepreneurship, Lisbon Strategy, Lisbon Strategy for Growth and Jobs, Self-employment

JEL classification: L26, E24, O20, O43, O52

Índice

Introdução.....	1
1. Os objetivos da pesquisa	3
2. Enquadramento teórico	4
2.1. Da economia de gestão à economia do empreendedorismo	4
2.2. Empreendedorismo	5
2.2.1. Empreendedorismo e Autoemprego.....	6
2.2.2. Empreendedorismo e ciclo económico.....	8
2.2.3. Empreendedorismo e desemprego	9
2.2.4. Empreendedorismo e educação.....	10
2.3. A Estratégia de Lisboa.....	11
2.3.1. A Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego	11
2.3.2. O Empreendedorismo na Europa	12
2.4. Um novo paradigma de emprego na Europa?.....	14
2.5. As políticas ativas de mercado de trabalho, as políticas europeias e a economia do empreendedorismo	16
3. Modelo de análise e hipóteses centrais da pesquisa.....	18
4. Metodologia.....	21
5. Análise descritiva.....	26
6. Um modelo explicativo para o efeito das políticas europeias no empreendedorismo e autoemprego	30
7. Reflexão sobre as hipóteses da pesquisa	37
Conclusão	39
Referências Bibliográficas	41

Índice de figuras e quadros

Figuras

Figura 1. Modelo de análise.....	20
Figura 2. Autoemprego na UE-15.....	26
Figura 3. Autoemprego com empregados na UE-15.....	26
Figura 4. Proporção de Autoemprego na UE-15.....	26
Figura 5. Proporção de autoemprego com empregados na UE-15.....	26
Figura 6. Proporção de autoemprego por países.....	27
Figura 7. Proporção de autoemprego com empregados por países.....	27
Figura 8. PIB na UE-15.....	28
Figura 9. Emprego na UE-15.....	28
Figura 10. Desemprego na UE-15.....	28
Figura 11. Educação na UE-15.....	29

Quadros

Quadro 1. Indicadores selecionados para a análise descritiva.....	22
Quadro 2. Indicadores selecionados para a análise econométrica.....	23
Quadro 3 – As variáveis que influenciam o Autoemprego e o Empreendedorismo na UE15 em 2005.....	34
Quadro 4 – As variáveis que influenciam o Autoemprego e o Empreendedorismo na UE15 em 2010.....	35

Glossário de siglas

AU – Áustria

BE – Bélgica

DE – Alemanha

DK – Dinamarca

EL – Estratégia de Lisboa

EL – Grécia

ES – Espanha

FI – Finlândia

FR – França

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IL – Irlanda

IT – Itália

LU – Luxemburgo

NL - Holanda

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNR – Plano de Reforma Nacional

PT – Portugal

SE – Suécia

UE – União Europeia

UK – Reino Unido

Introdução

Numa sociedade em que o empreendedorismo é cada vez mais um assunto atual, discutido quer pela academia quer pelos principais atores políticos nacionais e internacionais, faltam estudos que expliquem a real evolução do mesmo.

A União Europeia (UE), com a Estratégia de Lisboa (EL) e, sobretudo, a Estratégia Europeia para a Crescimento e Emprego, a qual constituiu a segunda fase da EL, passou a considerar o empreendedorismo como um dos principais motores para a inovação, o crescimento e o emprego.

Estudos anteriores vieram distinguir as políticas de empreendedorismo das políticas ativas de mercado de trabalho, salientando que poderão ser facilmente confundidas. Outros estudos vieram distinguir entre políticas de empreendedorismo e políticas para uma economia do empreendedorismo, sendo que a segunda implica importantes mudanças nas políticas e instituições, as quais estão desenhadas para a economia de gestão.

O principal objetivo do nosso trabalho é o de averiguar se as políticas europeias tiveram um real impacto no nível de empreendedorismo na UE ou se apenas levaram a alterações no nível de autoemprego.

Para concretizar tal objetivo, começaremos por clarificar claramente os objetivos do estudo.

Em segundo lugar, para introduzir o enquadramento teórico do nosso estudo, iremos explorar o conceito de economia do empreendedorismo, face ao de economia de gestão, a qual vem justificar a importância que este conceito tem vindo a ganhar.

Em terceiro lugar, dando continuidade ao enquadramento teórico do estudo, iremos começar por debater o conceito de empreendedorismo e as suas principais condicionantes dadas as perspetivas de diferentes autores. Neste ponto, faremos também a importante distinção entre empreendedorismo e autoemprego. Em seguida, introduziremos a EL, a Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego e as políticas europeias orientadas para o empreendedorismo. Ainda iremos discutir os principais determinantes da nova relação laboral, a qual vem suportar um novo paradigma do mercado de trabalho. Terminaremos o nosso enquadramento teórico ao discutir anteriores estudos sobre as medidas de política orientadas para o empreendedorismo,

bem como distinguindo as políticas para o empreendedorismo das políticas para a economia do empreendedorismo.

Em quarto lugar, iremos apresentar o nosso modelo de análise e as nossas hipóteses do estudo, com base na bibliografia apresentada no enquadramento teórico.

Em quinto lugar, apresentaremos a nossa metodologia, bem como iremos delimitar os horizontes gerais da análise.

Em sexto lugar, faremos a análise descritiva dos fenómenos em estudo. Iremos também relacionar esses fenómenos com os indicadores que consideraremos justificáveis.

Em sétimo lugar, procederemos à análise empírica das nossas hipóteses, estimando modelos explicativos dos fenómenos em estudo face às variáveis que o enquadramento teórico nos tenha sugerido como pertinentes.

Em oitavo lugar, iremos refletir sobre as hipóteses do estudo face aos resultados obtidos na estimação dos modelos explicativos.

Com este estudo pretendemos compreender se a Europa tem vindo ou não a estimular a inovação, o crescimento e o emprego, através do empreendedorismo, fazendo a necessária transição de uma economia de gestão para a economia do empreendedorismo.

1. Os objetivos da pesquisa

Pretendemos estudar os resultados alcançados pelas políticas europeias no nível de empreendedorismo. Usando como horizonte de reflexão a Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (segunda fase da EL), a qual considerava o empreendedorismo como um motor para a inovação, o crescimento e o emprego.

Não pretendendo apenas analisar a evolução dos resultados alcançados, adotámos uma postura crítica em relação às políticas para o empreendedorismo, com o suporte da bibliografia explorada, assumindo que estas estiveram mais orientadas para a promoção do autoemprego, o qual não é necessariamente promotor de inovação, crescimento e emprego, do que para o desejado empreendedorismo.

Como tal, a nossa pergunta de partida que motiva o nosso estudo será: *qual o impacte das políticas europeias nos níveis de empreendedorismo e autoemprego na UE-15, dadas as condições macroeconómicas que se fizeram sentir no período da Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (2005-2010)?*

Iremos então analisar tanto o nível de empreendedorismo como o nível de autoemprego na Europa dos 15, tendo em conta não só as políticas europeias decorrentes da EL, como também o ciclo económico e outras variáveis determinantes do empreendedorismo estudadas pela nossa bibliografia. Com este estudo pretendemos verificar se as políticas europeias têm de facto contribuído para a incentivar a inovação, o crescimento e o emprego, através do estímulo ao empreendedorismo, ou se estão apenas a fazer o papel de políticas ativas de mercado de trabalho facilitando a transição de uma situação de desemprego para uma situação de autoemprego.

Por fim, procuraremos inferir se a Europa tem vindo ou não a transitar ou não de uma economia de gestão para uma economia do empreendedorismo.

2. Enquadramento teórico

Existe uma vasta bibliografia disponível sobre o nosso tema, existindo inúmeros estudos produzidos pela academia bem como uma imensidão de relatórios publicados pelas diversas instituições da UE e outras instituições internacionais.

A nossa bibliografia será organizada em cinco grupos. No primeiro grupo exploraremos a temática da economia do empreendedorismo. Consequentemente, no segundo grupo, iremos abordar a temática do empreendedorismo, a sua relação com o autoemprego e as diferenças inerentes aos dois conceitos. Neste grupo serão também abordadas as principais questões que surgem associadas às políticas que levam à promoção do empreendedorismo enquanto motor para inovação, crescimento e emprego – a relação do empreendedorismo com o ciclo económico, com o desemprego e com a educação. No terceiro grupo iremos abordar as políticas europeias, dando destaque à EL, à Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (segunda fase da EL) e às políticas europeias que remetem ao tema do empreendedorismo. No quarto ponto serão apresentadas perspetivas que defendem um novo paradigma no mercado de trabalho europeu. O enquadramento teórico será finalizado por um ponto que irá abordar alguns estudos sobre a eficácia das políticas orientadas para o empreendedorismo e na distinção de políticas para o empreendedorismo e políticas para uma economia do empreendedorismo.

Na elaboração desta revisão bibliográfica, tentámos refletir diferentes perspetivas sobre cada assunto, procurando recorrer a contributos críticos sobre as temáticas do estudo.

2.1. Da economia de gestão à economia do empreendedorismo

A literatura recente tem cada vez mais destacado o papel de uma economia do empreendedorismo, fornecendo inúmeras evidências de que os pressupostos de mercado segundo os quais assentam as economias mais desenvolvidas desde o pós-segunda guerra mundial têm vindo a transitar de uma economia de gestão para uma economia do empreendedorismo contemporânea (Audretsch, Thurik, 2010).

Sendo a economia de gestão caracterizada por uma divergência do confronto institucional e político, e pela ideia base de que o principal desafio económico era a

maximização da eficiência e produtividade de grandes escalas de produção, ao mesmo tempo que minimizando as externalidades sociais e políticas negativas da concentração do poder económico, a economia do empreendedorismo é caracterizada pela convergência entre as abordagens institucionais e políticas, desenhadas para facilitar a formação e transferência do conhecimento através da atividade empreendedora (Audretsch, Thurik, 2010).

A evidência empírica tem dado suporte ao papel cada vez mais importante do empreendedorismo e a uma relação de influência da performance empreendedora sob o ciclo económico.

2.2. Empreendedorismo

“Os termos empreendedor e empreendedorismo são comuns nos vocabulários da maior parte das pessoas hoje em dia, e enquanto tópico ocupa uma posição proeminente em projetos de investigação de várias disciplinas”(Hébert, 1989: 1).

Segundo Hébert (1989), o empreendedorismo refere-se normalmente às ações de alguém que corre riscos, um aventureiro criativo num novo negócio, ou alguém que revitaliza um negócio existente. Em 2009, Hébert e Link (2009) diz-nos que o mais antigo autor a escrever sobre o empreendedorismo foi Cantillon, o qual definiu empreendedor como alguém que adere a trocas por lucro, especialmente alguém que julga negócios face à incerteza. Em seguida, Hébert e Link (2009), introduz-nos aos economistas britânicos clássicos, entre os quais Adam Smith, que consideram os empreendedores como fornecedores de capital financeiro. No entanto, refere que um outro economista clássico, Jeremy Bentham, definiu o empreendedor como um agente de progresso económico. Ainda no seu *History of Entrepreneurship*, Hébert e Link (2009), argumenta que os economistas neoclássicos da escola britânica, liderada por Alfred Marshall, e da escola de Lausanne, liderada por Leon Walras, eliminaram o papel do empreendedor da esfera da economia de mercado. No entanto, a escola austríaca, seguindo os trabalhos de Joseph Schumpeter, considerou o empreendedor como “um inovador consumado que ganha os seus lucros, ainda que temporários, de inovações bem-sucedidas” (Hébert e Link, 2009: 2). Com a sua visão, Schumpeter tirou o fator de risco associado ao empreendedorismo, facto que lhe foi vastamente criticado.

Autores contemporâneos Noorderhaven *et al.* (2003), argumentam que economistas como as Chandler, Galbraith e Schumpeter convenceram uma geração que o futuro estaria nas grandes empresas e que as PME desvanecer-se-iam devido às suas ineficiências. Defendendo que as PME assentam em propósitos sociais, políticos e de emprego, estes autores contemporâneos, esclarecem que o recente papel atribuído aos pequenos negócios mudou, tendo estes passado a tornar-se um veículo para o empreendedorismo, que, referindo Audretsch *et al.* (2001 e 2002), Audretsch e Thurik (2000) e Carree e Thurik (1999 e 2003), é sugerido como um dos principais determinantes do crescimento económico, devendo ser percecionado como um bem económico desejável.

Em 2004, Parker discute que o empreendedorismo tem sido uma área muito negligenciada pelos estudos de economia, justificando que tais estudos estão tão preocupados com o equilíbrio de mercados competitivos com informação perfeita, que, ao implicar informação imperfeita e inesperadas inovações, o empreendedorismo distorce o equilíbrio (Barreto, 1989; Kirchhoff, 1991; Harper, 1996; Rosen, 1997, por Parker, 2004). Acrescenta ainda que, apesar de normalmente o empreendedorismo estar ligado à tecnologia e a inovações, esta implicação não é necessária (Parker, 2004).

2.2.1. Empreendedorismo e Autoemprego

Hofstede *et al.*, 2004, esclarecem que os termos ‘auto empregado’, ‘empreendedor’ ou ‘empresário’ são comumente usados como sinónimos, salientando que “Dentro da população de auto empregados, alguns são economicamente marginais, outros apenas aplicam técnicas de gestão a um negócio, e apenas um subgrupo é intrinsecamente empreendedor.” (Hofstede *et al.*, 2004: 165).

São inúmeros os estudos que usam o autoemprego como variável para explicar o empreendedorismo. Hofstede *et al.* (2004), tendo usufruído desta generalização, salientaram que embora esta não fosse a medida ideal, é uma generalização útil e tem a vantagem de estar disponível para um grande grupo de países, por um longo período de tempo (Hofstede *et al.*, 2004, de Wennekers and Thurik, 1999).

Román, Congregado e Millán (2010a), dividem o autoemprego em três tipologias: os verdadeiros empreendedores, que são aqueles que acedem ao mercado do autoemprego com o fim de tirar partido de uma oportunidade lucrativa, os

autoempregados de último recurso (Román, Congregado e Millán, 2010a, de Alba-Ramírez 1994; Rissman 2003; Blume *et al.* 2009), que acedem ao mercado do autoemprego devido à falta de oportunidades de usufruir de um trabalho remunerado por conta de outrem, e os auto empregados dependentes, aqueles que usufruem de um emprego pago mas que são condicionados ao estatuto de trabalhadores por conta própria, muitas vezes como um mecanismo para a empresa contraente se evadir às prestações sociais inerentes à relação laboral. Román, Congregado e Millán (2010a), reconhecem dois tipos de autoemprego na literatura, os indivíduos que escolhem livremente uma profissão independente que lhes permite materializar as suas visões, e os indivíduos que são forçados a trabalhar por conta do seu próprio risco porque ninguém está disposto a contratá-los, usando esta forma de emprego como uma escapatória ao desemprego de longo prazo.

Na impossibilidade de identificar perfeitamente os indivíduos de cada tipologia, Román, Congregad e Millán (2010a), distinguem empiricamente o autoemprego nos seus estágios finais: autoemprego com empregados (empregadores) e autoemprego sem empregados (trabalhadores por conta própria), reconhecendo que, embora tal distinção não lhes permita separar os verdadeiros empreendedores das outras categorias de auto empregados, estão claramente selecionar aqueles que contribuem para a criação de emprego e a excluir todos os auto empregados dependentes. Os autores defendem ainda que esta distinção permite os empregadores representam exemplos de empreendedorismo genuíno: “estão a criar emprego para outros, o que implica que têm tido sucesso empresarial, que estão aptos a garantir capital e outros inputs para o trabalho dos seus empregados, e é mais provável que tenham aderido ao autoemprego voluntariamente” (Román, Congregado e Millán, 2010a: 8)

2.2.1.1. O que leva ao autoemprego?

Além das tipicamente abordadas relações entre o desemprego e autoemprego, existem autores que defendem a existência de preferências claras por uma situação de autoemprego para determinados indivíduos.

Em 2004, Andersson e Wadensjö, referem que existem inúmeras causas para um indivíduo optar pelo autoemprego, sendo que alguns indivíduos irão preferir esta forma de emprego porque gera uma maior independência, introduz maior flexibilidade em

termos de horas de trabalho, e em alguns casos poderá levar a maiores rendimentos ou pelo menos a expectativas de maiores rendimentos, embora reconheçam que para muitos esta poderá ser a única alternativa viável de obter um emprego. Sendo a população de auto empregados um grupo tão heterogéneo, poderá existir uma enorme pluralidade de causas e motivações que levam ao autoemprego.

Em 2011, Millán, Hessels, Thurik e Aguado, estudam a satisfação no trabalho dos auto empregados face aos trabalhadores por conta de outrem. Tendo dividido a satisfação em satisfação com o tipo de emprego (tipo I) e satisfação em termos segurança (tipo II), descobrem que os indivíduos numa situação de autoemprego têm maior satisfação tipo I mas menor satisfação tipo II. Os autores chegam também à conclusão de que os trabalhadores de micro, pequenas e médias empresas têm maior probabilidade de satisfação com o tipo de emprego do que aqueles de grandes empresas. No entanto, é encontrado que, para os auto empregados, o tamanho da (sua) empresa está positivamente relacionado com ambos os tipos de satisfação. Por fim, face ao número de horas de trabalho, os trabalhadores por conta de outrem que trabalham mais horas tendem a estar menos satisfeitos, enquanto os auto empregados tendem a associar-se a níveis mais elevados de satisfação.

2.2.2. Empreendedorismo e ciclo económico

A literatura recente aponta para diversas relações entre o empreendedorismo e o ciclo económico. Muitas destas relações são difíceis de estimar devido à escolha da variável em estudo e à generalização pelo autoemprego.

Em 2009, Koellinger e Thurik, estimando a atividade empreendedora pela proporção empresários na força de trabalho, sugerem um papel ativo importante dos empreendedores no ciclo empresarial, provando uma relação empírica entre choques de produtividade e a capacidade de resposta aos mesmos por parte dos empreendedores, os quais sugerem criar choques de produtividade positivos e a produzir inovação.

Com esse estudo, Koellinger e Thurik, rejeitam os postulados de Bernanke e Gertler, (1989) e Carlstrom e Fuerst (1997) de que a proporção de empreendedores é independente do ciclo de negócios e de Pampini (2004) de que a proporção de empreendedores é pró-cíclica.

2.2.3. Empreendedorismo e desemprego

Nas últimas décadas, muitas têm sido as instituições e os atores políticos a defender as políticas de empreendedorismo como políticas ativas de mercado de trabalho. A UE não é exceção, tendo as políticas europeias orientadas para o empreendedorismo procurado favorecer a promoção de transições de desemprego para autoemprego (Román, Congregado e Millán, 2010a, de Kluge e Carde, 2007).

O principal debate teórico nesta área é o de responder à questão se maiores ou menores taxas de desemprego levam ou não mais indivíduos a optarem pelo autoemprego, supondo-se que existe maior probabilidade de uma transição deste tipo numa fase de prosperidade económica (Román, Congregado e Millán, 2010a).

Román, Congregado e Millán (2010b), procuram dar resposta a este debate através de uma análise baseada na separação entre trabalhadores por conta própria e empregadores, confirmando que existem diferentes reações por parte de cada um destes dois tipos de auto empregados: enquanto confirmam que os trabalhadores por conta própria tendem a ceder a uma tendência pró-cíclica, oposta às tendências do desemprego, nenhum efeito é encontrado para as transições dos empregadores face ao nível de desemprego.

Generalizando o autoemprego, Román, Congregado e Millán (2010b), confirmam o estudo de Carrasco (1999), que indicava uma probabilidade de transição de uma situação de desemprego para autoemprego cinco vezes maior do que a probabilidade de transição de uma situação de emprego por conta de outrem para autoemprego. Outro dos resultados obtido por estes autores foi o de que as compensações de desemprego diminuem a probabilidade de entrada no mercado do autoemprego enquanto trabalhadores por conta própria (à semelhança do que acontece para o emprego por conta de outrem), no entanto esta relação não é confirmada para os empregadores, o que poderá trazer implicações políticas interessantes, as quais iremos discutir. O mesmo estudo conclui que aqueles que transitam de uma situação de desemprego para autoemprego são aqueles que possuem maior capital humano.

Thurik, Carree, Stel, e Audretsch (2007) investigam a relação entre o nível de desemprego e o autoemprego de um prisma diferente, abordando duas perspetivas: i) o efeito de alterações do nível de desemprego no autoemprego, ii) o efeito de alterações do nível de autoemprego no desemprego. As conclusões a que chegam são que as

alterações no nível de desemprego têm um efeito positivo no nível de autoemprego e que as alterações no nível de autoemprego têm um efeito negativo no desemprego.

2.2.4. Empreendedorismo e educação

A educação tem sido considerada um motor importante na decisão de um indivíduo se tornar ou não um empreendedor. Em 2004, Blanchflower estuda as probabilidades de indivíduos diferentes níveis de escolaridade transitarem para uma situação de autoemprego nos Estados Unidos face à Europa, concluindo que a probabilidade para os indivíduos com maiores níveis escolaridade é mais elevada nos EUA, enquanto os indivíduos com menores níveis de escolaridade têm maior probabilidade na Europa.

Román, Congregado e Milán (2010b), encontram evidências empíricas de que os estudos universitários estão positivamente associados à probabilidade de um indivíduo se tornar empregador. No entanto, não encontram nenhuma evidência para qualquer tipo de associação entre qualquer forma de educação formal e a probabilidade de um indivíduo se tornar trabalhador por conta própria.

Num estudo mais recente, Block, Hoogerheide e Thurik (2013), criticam os anteriores estudos por ignorarem a endogeneidade da educação, tendo desenvolvido uma abordagem que tem em conta esta endogeneidade e chagado à conclusão de que o efeito da educação na decisão de um indivíduo se tornar um empreendedor é fortemente positiva – quanto maior o nível de educação de um indivíduo, maior a sua probabilidade de se tornar empreendedor.

2.3. A Estratégia de Lisboa

Segundo Esping-Anderson (2002), com a aproximação do séc. XXI, cada vez o modelo social europeu era mais questionado, ora porque a demografia europeia o tornava cada vez menos sustentável, ora devido às condições financeiras, sendo que os sistemas europeus de proteção social tendiam até a travar o crescimento do emprego e de uma economia competitiva intensiva em conhecimento.

Rodrigues (2009a), refere que no paradigma que emerge na Europa, o conhecimento e a inovação são os principais fatores de riqueza e convergência entre países, empresas e indivíduos, sendo que o objetivo europeu seria o de redirecionar a economia europeia em direção a uma economia de inovação e baseada no conhecimento.

Como tal, em Março de 2000, foi lançada a EL, uma estratégia de desenvolvimento baseada numa reforma a 10 anos, dita a maior ferramenta estratégica para o desenvolvimento da UE na última década (Conselho Europeu, 2000). Esta estratégia foi desenhada para responder à dúvida “se era possível melhorar a estratégia de desenvolvimento europeia para que pudesse fazer face aos novos desafios resultantes da globalização, mudança tecnológica e envelhecimento, não abdicando dos valores europeus?” (Rodrigues, 2009a, 1).

A estratégia procurava melhorar a economia europeia e gerar elevados níveis de emprego através de medidas como a criação de um mercado interno de serviços, a diminuição das barreiras administrativas e burocráticas e a melhoria das competências da população. Na área em que se desenvolver este estudo, as principais medidas de sucesso quantitativo eram o aumento dos níveis de investimento em I&D para 3% do PIB e o aumento do nível de emprego para 70%.

2.3.1. A Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego

Até 2005, a primeira fase da estratégia, esta evoluiu para uma agenda demasiado complexa (Butković e Samardžija, 2010). Na revisão realizada em 2005, iniciou-se a segunda fase da estratégia, dada uma necessidade de simplificação e criação de um foco na implementação, tendo este foco trazido uma melhor interação entre os órgãos governativos europeus e nacionais (Rodrigues, 2009a, 5). Foi decidido que a estratégia

se centraria sobretudo nos objetivos principais de crescimento e emprego, tendo havido um relançamento da mesma, passando-se a chamar Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego, a qual procurava promover uma nova estrutura de regulação e uma centralização da estratégia em crescimento económico e emprego (Conselho Europeu, 2005). Esta nova agenda contava com 24 orientações integradas, relacionando simultaneamente crescimento e emprego (Conselho Europeu, 2005).

As principais prioridades políticas da estratégia seriam estimular o conhecimento e a inovação como motores de crescimento sustentável, a conversão da Europa num melhor destino para investimento e emprego, e a criação de mais e melhores empregos (Rodrigues, 2009a).

Até 2008, dado o foco na implementação, houve espaço para otimismo (Butković and Samardžija, 2010): um aumento na taxa de crescimento do PIB potencial da zona euro, e a criação de perto de 65 milhões de novos empregos foram os principais sucessos. No entanto, muitos destes resultados acabaram por ser colocados em causa pela crise financeira em 2008 e 2009. Após uma quebra no PIB europeu e o aumento do nível de desemprego, as finanças públicas foram muito afetadas e a previsão da dívida era superior a 80% do PIB em 2011 (Comissão Europeia, 2010).

2.3.2. O Empreendedorismo na Europa

Embora a EL tenha tido um papel central no que respeita a estimular a transição para uma economia do conhecimento, o empreendedorismo surge nas políticas europeias nos anos 90 como meio prioritário das políticas de crescimento (Grimm, 2011). O apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) transitou para políticas de empreendedorismo depois de vários estudos terem-no apontado como principal motor para o crescimento, a inovação e a criação de emprego (Grimm, 2011; de Reynolds *et al.*, 2002; Gilbert *et al.*, 2004; Audretsch *et al.*, 2006; Acs *et al.*, 2009; Haltiwanger, 2009). Embora estes estudos ocorram nos anos 90, em 2007 Johansson, Karlsson, Backman, Juusola apontam o fraco empreendedorismo na Europa como um dos principais razões para a sua fraca produtividade.

Em 2000, a Comissão Europeia deu início à Agenda de Lisboa, tendo em conta o objetivo de tornar a UE na mais competitiva e dinâmica economia baseado em conhecimento, combinado esse facto com um elevado nível de coesão social. Assim, a

política para as PME transitou para uma política de empreendedorismo como principal meio para a inovação, crescimento e emprego. Esta política diferenciava-se da anterior na medida em que procurava a criação de novas empresas e estimular o comportamento dos indivíduos (Grimm, 2011; de Audretsch and Beckmann, 2007).

Em 2005, com o re-lançamento da estratégia, a Comissão Europeia encorajou os países a elaborarem programas nacionais de reforma. As políticas de coesão e os fundos estruturais também contribuíram a partir de 2007 (com o lançamento de um novo ciclo dos fundos estruturais) direta e indiretamente para a concretização da estratégia. As políticas de empreendedorismo foram sobretudo apoiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Grimm, 2011).

No que diz respeito à estratégia, o empreendedorismo está na base de construção da mesma. Nas conclusões do Conselho Europeu de 23 e 24 de Março de 2000, é referido que “A competitividade e o dinamismo empresarial estão diretamente dependentes do clima regulatório que conduza ao investimento, inovação e empreendedorismo”. O empreendedorismo ainda aparece como uma nova competência de referência à aprendizagem ao longo da vida europeia, como meio para reformar o Modelo Social Europeu.

Em Fevereiro de 2005, a Comissão Europeia comunicou ao Conselho Europeu que i) as ações europeias precisavam de ser mais focadas, ii) havia a necessidade mobilizar suporte à mudança, levando a estratégia para todos os níveis de governança, iii) a Agenda de Lisboa precisava de ser simplificada (Comissão Europeia, 2005). Nesta comunicação, a Comissão reconhece que as PME têm especial importância pois constituem 99% do tecido empresarial e dois terços do emprego total, havendo ainda muitas barreiras ao empreendedorismo e à criação de empresas, pelo que havia a emergente necessidade de encorajar a iniciativa empreendedora, pelo que a relação entre o risco e as vantagens do empreendedorismo deveriam ser revistas.

Nas novas 24 orientações integradas para o crescimento e emprego, o empreendedorismo tem destaque na orientação integrada 15 “Promover uma cultura mais empreendedora e criar um ambiente propício para as PME” (Rodrigues, 2009b), mas também ganha relativa importância na orientação integrada 23 “Expandir e melhorar o investimento em capital humano” uma vez que procura integrar a competência empreendedora nas políticas de educação (Conselho Europeu, 2005).

Um novo método de coordenação é proposto, sendo que os Programas Nacionais de Reforma (PNR) passam a ser o principal meio de reporte, revendo-se o Método de Coordenação Aberto.

No final da estratégia, feitas as avaliações por parte da Comissão em 2010, esta conclui que a Europa é claramente um local melhor para investimento em negócios do que em 2000, estando um terço dos Estados-Membros classificados nos 30 países mais adequados a investimentos em negócios pelo Banco Mundial.

2.4. Um novo paradigma de emprego na Europa?

Os principais desafios e motores que têm levado à mudança do paradigma de emprego são o envelhecimento, as mudanças societárias, a globalização, a transição para uma economia intensiva em conhecimento, a gestão dos recursos naturais, a luta contra as mudanças climáticas, a legislação que reforça a tradicional relação laboral, a rápida mudança tecnológica e a crescente competição global (Begg, Erhel e Mortensen, 2010; Schmid, 2010).

Por sua vez, a atual crise não só levou ao aumento massivo do desemprego (Schmid, 2010), como agravou o espectro de persistência do desemprego de longo prazo (Begg, Erhel e Mortensen, 2010).

Schmid (2010) caracteriza a tradicional relação laboral pela limitação do uso de trabalho flexível bem como da oportunidade dos trabalhadores definirem o seu trabalho de acordo com o ciclo de vida. Defendendo que nas últimas décadas tem ocorrido a erosão da chamada relação laboral tradicional, diferentes tipos de relações laborais contratuais têm sido utilizados, aumentando os níveis de flexibilidade. De entre estas formas de trabalho, o autor destaca o trabalho a tempo parcial, os contratos de trabalho a termo, o trabalho por agências de trabalho temporário e o autoemprego.

Já Muffles (2008) defende que o emprego na Europa passou de uma ótica de emprego para a vida para as carreiras mais instáveis, como resultado da internacionalização da economia e das forças da globalização, levando a uma mais frequente mobilidade e a períodos intermitentes de desemprego, despertando novas formas de trabalho temporário e autoemprego.

Para explicar as transições no mercado de trabalho, Muffles (2008), apresenta-nos a abordagem dos mercados de trabalho transitórios e a da flexigurança.

A primeira diz-nos que o ajustamento a choques económicos assimétricos não se deve a mudanças nos preços ou níveis salariais (flexibilidade salarial) mas ao papel de fixação de salários das instituições, o que gera um ajustamento numérico, adaptando a dimensão da força de trabalho, o que implica a diversificação e o aumento de formas de trabalho alternativas.

A hipótese da flexigurança refere-se à opção entre flexibilidade e segurança. Referindo Wilthagen (1998) e Wilthagen e Tros (2004), o autor define flexigurança como i) um grau de trabalho, emprego e rendimento que, combinado com a segurança que facilita as carreiras com uma posição relativamente fraca, lhes permite o acesso a uma participação no mercado de trabalho com elevada qualidade e inclusão social, e ii) um grau de flexibilidade funcional e salarial que permite aos mercados de trabalho o atempado e adequado ajustamento às mutáveis condições, de forma a manter e aumentar a competitividade e produtividade.

As novas dinâmicas de emprego são um requisito central para uma elevada participação no mercado de trabalho de uma economia moderna em que os agentes que procuram uma combinação ótima de família, lazer e trabalho, e para uma economia intensiva em conhecimento, na qual os agentes de todas as idades combinam aprendizagem ao longo da vida e trabalho, e ainda permite que, numa sociedade envelhecida, a idade se torne cada vez mais uma vantagem ao invés de uma barreira ao emprego (Schmid, 2010).

A expansão do Ensino Superior é apontada por Schomburg e Teichler (2006) como um dos principais fatores de instabilidade do mercado de trabalho. Os autores defendem que a emergência de uma sociedade intensiva em conhecimento deve ser acompanhada por uma expansão da exigência dos postos de trabalho ou, pelo menos, de tarefas mais exigentes, sendo esperado que o número crescente de novos graduados com o Ensino Superior seja empregado em áreas e sectores tradicionalmente vistos como marginais, como novas combinações flexíveis de tarefas, novos postos de trabalho a emergir, novos tipos de autoemprego, ou novas tipologias de empresas, bem como a deterioração das condições de emprego, abolindo o conforto do regular emprego a tempo inteiro, dando-se uma imposição de contratos de curto-prazo, numa ótica de quase autoemprego e de horários flexíveis.

2.5. As políticas ativas de mercado de trabalho, as políticas europeias e a economia do empreendedorismo

Tendo vários países enfrentado longos períodos de elevado e persistente desemprego, é de esperar que as estratégias europeias em torno do empreendedorismo tenham sido enviesadas por uma preferência pelas transições de uma situação de desemprego para uma outra de autoemprego, pelo que estas têm vindo a ser implementadas como instrumentos de políticas ativas de mercado de trabalho (Román, Congregado e Millán, 2010b).

A maior parte dos governos europeus tem desenvolvido e implementado programas de política orientados para a criação de empresas na atual crise, sendo que adequação destas políticas tem sido um assunto de interesse atual.

Argumenta-se nesta pesquisa que, a eficácia das políticas relativas ao mercado de trabalho é medida pelos decisores políticos de acordo com o número de indivíduos que se encontravam numa situação de desemprego e que passaram para uma situação de emprego. O sucesso das políticas de empreendedorismo também é medido, no curto-prazo, através das taxas de autoemprego (Román, Congregado e Millán, 2010a). A conceção usual é a de que um maior nível de autoemprego leva a mais inovação e crescimento (Román, Congregado e Millán, 2010b).

Uma vez que o autoemprego é um grupo heterogéneo, distinguível entre aqueles que criam emprego (empregadores) e aqueles que à partida não irão gerar emprego ou inovação, um maior nível de autoemprego poderá nem sempre ser desejável (Román, Coongegado e Millán, 2010a). É crucial definir os objetivos de política mediante a sua eficácia, ou seja, tendo em consideração se estes objetivos irão contribuir com empreendedorismo ou serão apenas medidas de política ativa de mercado de trabalho pois, embora as políticas de apoio à criação de empresas aparentem aumentar a probabilidade dos indivíduos transitarem para uma situação de emprego, poderão estar a favorecer os tipos de autoemprego que não contribuem para o crescimento ou o processo de criação de emprego (Román, Coongegado e Millán, 2010a).

Quando comparados com indivíduos em situação de emprego, os desempregados sofrem de uma desvantagem acrescida na criação de uma empresa, uma vez que não só deverão ter menores poupanças como também será para eles mais difícil aceder a créditos comerciais, o que justifica a preferência das políticas de apoio à criação de

empresas em relação aos empregados (Román, Coonggado e Millán, 2010b). É encontrada por Román, Congregado e Millán (2010b) evidência de que existem restrições de liquidez, uma vez que os desempregados que recebem rendimentos têm maior probabilidade de transitar para empregador. A decisão de transitar para trabalhador por conta própria não é significativamente afetada pela existência de rendimentos. Esta evidência vem dar suporte às políticas de apoio financeiro ou as de capitalização das compensações de desemprego.

O último tópico a abordar neste ponto centra-se na distinção entre políticas de empreendedorismo e políticas para uma economia do empreendedorismo. Audretsch e Thurik (2010), introduzem que a diferença entre estas duas políticas é a de que as políticas de empreendedorismo levam a que a maior parte das instituições e políticas permaneçam como estavam antes das políticas ocorrerem, uma vez que se focam na criação de instrumentos que irão promover diretamente a criação de empresas, bem como a sua performance, em termos de crescimento e sobrevivência. Por sua vez, as políticas para uma economia do empreendedorismo, levariam a mudanças nas instituições e políticas, sendo que poderiam ser influenciadas através de vários canais (Audretsch e Thurik, 2010; de Audretsch, Thurik, Berheul e Wennekers, 2002, Audretsch, Grilo e Thurik, 2007, Thurik, 2009).

A maior parte das políticas e instituições que fazem parte da sociedade de hoje tais como a educação, a imigração, a proteção social, a saúde, o trabalho e as finanças, foram concebidas para uma economia de gestão (Audretsch e Thurik, 2010). Dada a prevalência destas políticas e instituições que dão suporte à economia de gestão, todas estas terão que ser pensadas e refeitas para dar resposta à economia do empreendedorismo (Audretsch e Thurik, 2010).

3. Modelo de análise e hipóteses centrais da pesquisa

Dada a discussão que foi feita até este momento, desde a clarificação do conceito e estudos sobre empreendedorismo, à contextualização da EL, em especial desde 2005, das suas políticas e os seus aspetos e políticas relacionadas com o empreendedorismo, bem como da análise das políticas orientadas para o empreendedorismo e a sua distinção em relação às políticas para uma economia do empreendedorismo, estamos agora em condições de apresentar o nosso modelo de estudo.

Em 2000, a UE enfrentava vários desafios, tendo tido a necessidade de criar uma política de desenvolvimento a médio-prazo; a EL. Tal como as fontes citadas, consideramos que o empreendedorismo constituiu um elemento para dinamizar o crescimento e a inovação, bem como a criação de emprego. Assim, somos da opinião de que o destaque dado pela EL ao empreendedorismo fazia em 2000, e em 2005, todo o sentido.

A literatura recente nesta área refere que as estratégias produziram efeitos positivos, especialmente no período de 2005 a 2007. No entanto, há que ter em conta que no período da estratégia, dada a crise económica e financeira mundial que despoletou em 2007, muitos dos resultados atingidos pelas políticas da EL foram colocados em causa. Assumindo que até 2010 a Europa não teve uma recuperação total da crise, o efeito no nível de empreendedorismo poderá ser nulo ou até mesmo negativo. No entanto, iremos identificar os fatores que mais o influenciaram, por forma a identificar quais as políticas mais eficientes à sua dinamização.

Além da crise, a literatura recente nesta área refere que nem todas as políticas orientadas para o empreendedorismo produzirão efeitos claros e sustentáveis em termos de crescimento, inovação e emprego, uma vez que estas se concentram sobretudo na transição de uma situação de desemprego para uma situação de autoemprego e que existem diversas tipologias de autoemprego, sendo que a dinamização da maior parte das mesmas não tenderá a produzir os efeitos desejados. Por sua vez, as teorias sobre a economia do empreendedorismo põem em causa a verdadeira eficácia das políticas dada a ausência da desejável reforma das políticas e instituições.

Assim sendo, são diversos os fatores que nos levam a acreditar que poderá não ter havido um efeito claro das políticas da EL, bem como das suas aplicações em reformas nacionais, no nível de empreendedorismo na Europa.

A hipótese central do nosso trabalho é a de que as políticas da EL estiveram mais orientadas para a estimulação do autoemprego do que do empreendedorismo. Não assumindo um crescimento necessário de autoemprego durante o período da Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (2005-2010), acreditamos que, dadas as condições macroeconómicas, estaria em níveis mais baixos caso não tivesse havido a EL. Por sua vez, argumentamos que o nível de empreendedorismo não sofreu alterações com as políticas da estratégia.

As nossas hipóteses secundárias são as seguintes. Em primeiro lugar, esperamos que, as variáveis relacionadas com o novo paradigma do mercado de trabalho estejam relacionadas tanto com o autoemprego como com o empreendedorismo, sendo que ambas são consideradas formas de trabalho flexível, é de esperar que cresçam em simultâneo.

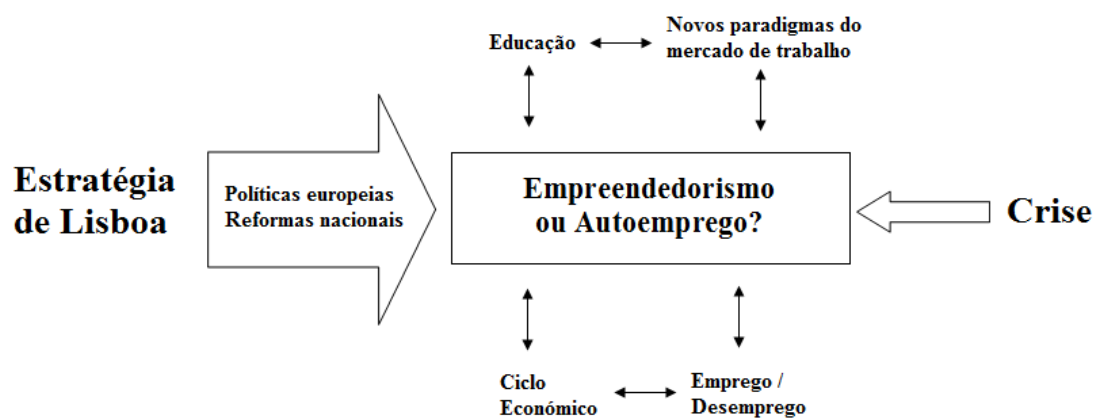
Em segundo lugar, esperamos que o nível de empreendedorismo esteja positivamente relacionado com as variáveis que melhor demonstram uma situação de recessão na economia, ou seja, a dívida pública e o desemprego.

Em terceiro lugar, esperamos que as compensações do desemprego e outras formas de proteção social i) tenham influenciado negativamente o autoemprego, ii) tenham influenciado positivamente o empreendedorismo.

Em quarto lugar, esperamos que as variáveis de educação, sobretudo ao nível do Ensino Superior, exerçam maior influência sobre o empreendedorismo do que o autoemprego.

Por fim, desenhamos o seguinte modelo de análise. Consideramos que, de uma forma geral, em 2005-2010, tanto o autoemprego como o empreendedorismo foram influenciados por i) a EL, as suas políticas e as suas aplicações ao nível nacional, ii) a recessão advinda da crise e o correspondente aumento de desemprego, iii) a educação, iv) os novos paradigmas do mercado de trabalho e as respetivas mudanças na relação laboral.

Figura 1. Modelo de análise



4. Metodologia

Iremos adotar uma metodologia quantitativa, na qual usaremos dados secundários, recorrendo a indicadores fornecidos pelo Eurostat.

Neste ponto iremos concentrar a nossa análise em países que compõem a Europa dos 15 (Dinamarca, Finlândia, Suécia, Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Reino Unido, Irlanda, Holanda, Grécia, Itália, Portugal e Espanha). Devido à falta de dados em mais do que um indicador necessário, decidimos abdicar de um país, o Luxemburgo, ao invés de abdicar dos indicadores. Iremos analisar o período temporal de 2005-2010, período no qual decorreu a Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (segunda fase da EL). Como tal, iremos usar dos dados relativos a 2005 e a 2010, marcando o início e o fim da estratégia.

Iremos também fazer uma análise descritiva quer do empreendedorismo quer do autoemprego face aos principais indicadores da análise: ciclo económico, emprego/desemprego e educação. Nesta parte da análise, todos os indicadores utilizados encontram-se disponíveis para todos os países, pelo que consideraremos todos os países da UE-15.

Quanto aos procedimentos estatísticos a usar, recorreremos a métodos descritivos e um método econométrico. Iremos descrever os dados e relacioná-los entre si através das necessárias medidas de estatística descritiva. Em relação ao método econométrico, recorreremos à regressão linear múltipla de dados seccionais, procurando dar resposta ao nosso problema.

O quadro 1 mostra os indicadores selecionados para a análise descritiva e o quadro 2 os indicadores que serão usados na análise econométrica, referindo a sua dimensão, subdimensão e definição.

Tal como anteriores estudos, assumimos que o empreendedorismo pode ser representado pelo autoemprego com empregados, ou seja, os empregadores. Não podemos garantir que estes agentes sejam geradores de inovação e crescimento, logo verdadeiros empreendedores, mas estarão certamente a criar emprego. Para filtrar os efeitos demográficos e alterações na força de trabalho, criámos mais duas variáveis dependentes, que são as anteriores em proporção da população ativa.

Por fim, através de uma análise dos resultados obtidos, esperamos conseguir dar resposta à pergunta que orienta a nossa pesquisa.

Quadro 1. Indicadores seleccionados para a análise descritiva.

Dimensão	Subdimensão	Indicador	Definição	Fonte
Autoemprego	Autoemprego	Autoemprego	Número de indivíduos em autoemprego, em milhares	Eurostat
	Autoemprego	Proporção de Autoemprego	Autoemprego, em milhares, em proporção da população ativa, em milhares (%)	Eurostat
Empreendedorismo	Empreendedorismo	Autoemprego com empregados	Número de indivíduos em autoemprego, com empregados, em milhares	Eurostat
	Empreendedorismo	Proporção de autoemprego com empregados	Autoemprego com empregados, em milhares, em proporção da população ativa, em milhares (%)	Eurostat
Ciclo económico	Produto	PIB	Produto Interno Bruto, a preços de mercado, euro por habitante	Eurostat
Emprego/Desemprego	Emprego	Emprego total	Número de indivíduos em situação de emprego, em milhares	Eurostat
	Desemprego	Desemprego total	Número de indivíduos em situação de desemprego, em milhares	Eurostat
Educação	Participação	Participação em educação e formação	População, 25-74 anos, a frequentar atividades de educação e formação (%)	Eurostat

Quadro 2. Indicadores selecionados para a análise econométrica.

Dimensão	Subdimensão	Indicador	Definição	Fonte
Autoemprego	Autoemprego	Autoemprego	Número de indivíduos em autoemprego, em milhares	Eurostat
	Autoemprego	Proporção de Autoemprego	Autoemprego, em milhares, em proporção da população ativa, em milhares (%)	Eurostat
Empreendedorismo	Empreendedorismo	Autoemprego com empregados	Número de indivíduos em autoemprego, com empregados, em milhares	Eurostat
	Empreendedorismo	Proporção de autoemprego com empregados	Autoemprego com empregados, em milhares, em proporção da população ativa, em milhares (%)	Eurostat
Ciclo económico	Procura	Procura doméstica	Procura doméstica, a preços correntes, em % do PIB	Eurostat
	Poupança	Poupança líquida	Poupança líquida, a preços correntes, em % do PIB	Eurostat
	Dívida	Divida bruta consolidada	Dívida bruta consolidada, a preços correntes, em % do PIB	Eurostat
	Desemprego	Taxa de desemprego	Taxa de desemprego (%)	Eurostat
Emprego/Desemprego				
Mudança de paradigma do mercado de trabalho	Flexibilidade	Trabalhadores temporários	Número de indivíduos em situação de trabalho temporário, em milhares	Eurostat
		Proporção de trabalhadores temporários	Trabalhadores temporários, em milhares, em proporção da população ativa, em milhares (%)	Eurostat
Educação	Ensino Superior	Participação no ensino superior	Número de estudantes nos níveis ISCED 5-6, em milhares	Eurostat
	Participação	Participação em educação e formação	População, 25-64 anos, a frequentar atividades de educação e formação (%)	Eurostat
Estratégia de Lisboa	Políticas de redução de custos	Contribuições para a segurança social por parte dos empregadores	Contribuições para a Segurança Social por parte das empresas, em % do PIB	Eurostat
	Incentivos financeiros	Impostos sobre o lucro das empresas	Impostos recolhidos de empresas que tiveram lucro no período, em % PIB	Eurostat
	Economia intensiva	Despesas em I&D	Despesas totais em I&D, em % PIB	Eurostat

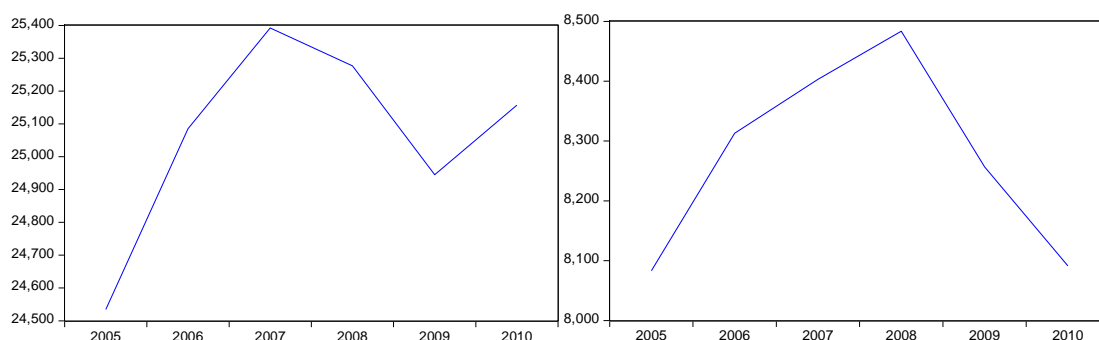
	em conhecimento			
Proteção social	Desemprego	Compensações de desemprego	Despesa em compensações de desemprego, em % PIB	Eurostat
	Proteção social	Despesas em proteção social	Despesas em proteção social, em % PIB	Eurostat

5. Análise descritiva

Neste ponto, pretendemos avaliar descritivamente a evolução do empreendedorismo face ao autoemprego na Europa. Iremos também comparar estes dois fenómenos com os principais indicadores do estudo: ciclo económico, emprego/desemprego e educação.

Figura 2. Autoemprego na UE-15 (esquerda)

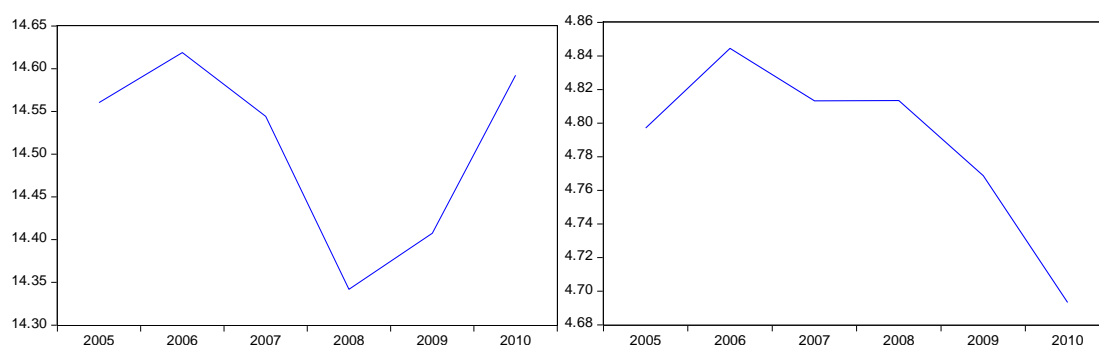
Figura 3. Autoemprego com empregados na UE-15 (direita)



Pelos gráficos das figuras 2 e 3, podemos ver que, de forma agregada, as variáveis têm comportamentos antagónicos, sobretudo a partir de 2009. Até 2006, ambas demonstravam uma tendência crescente, tendo entre 2007 e 2009 o autoemprego começado a decrescer, enquanto o autoemprego com empregados só teve a sua quebra em 2009. A partir de 2009, o autoemprego registou uma subida, enquanto o autoemprego com empregados continuou a decrescer.

Figura 4. Proporção de Autoemprego na UE-15 (esquerda)

Figura 5. Proporção de autoemprego com empregados na UE-15 (direita)

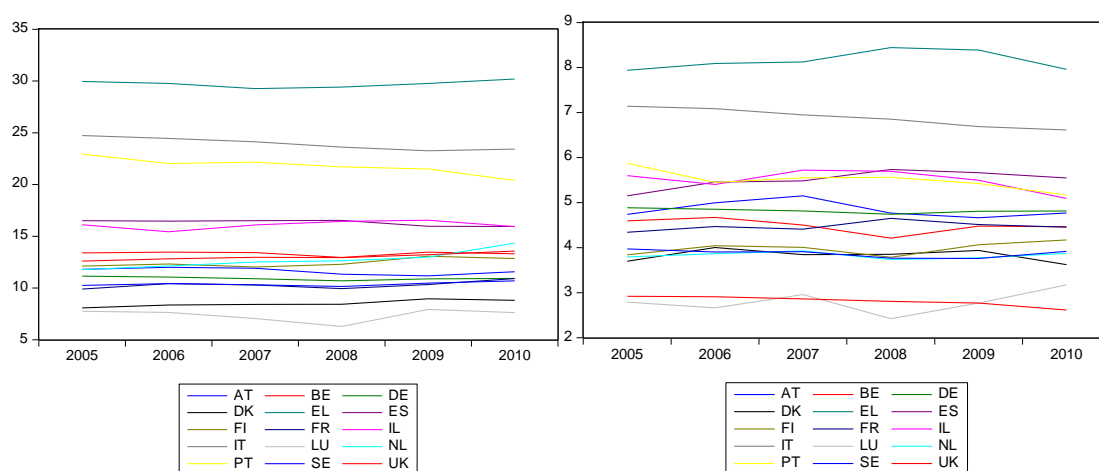


Comparando os gráficos das figuras 4 e 5, é novamente observável um comportamento algo antagónico. Até 2007, as variáveis têm o mesmo comportamento,

isto é, crescem de 2005 para 2006 e decrescem de 2006 para 2007. Entre 2007 e 2008, enquanto o autoemprego decresce para níveis muito baixos, o autoemprego com empregados aparenta manter os seus níveis. A partir de 2008, o autoemprego começa a recuperar, mantendo-se o seu crescimento até 2010, enquanto o autoemprego com empregados começa a decrescer.

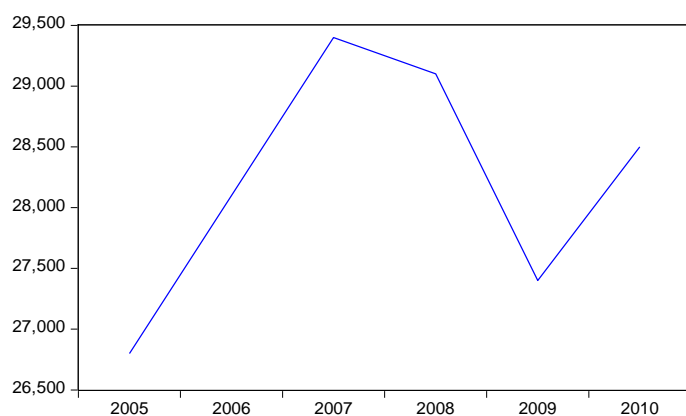
Figura 6. Proporção de autoemprego por países (esquerda)

Figura 7. Proporção de autoemprego com empregados por países (direita)



Analisando por países, não faria sentido avaliar os níveis totais, uma vez que diferentes países têm diferentes números de habitantes, pelo que descontamos a magnitude da população ativa. Nos gráficos faz figuras 6 e 7, a observação mais imediata é a de que são os países com uma maior proporção de autoemprego que têm uma maior proporção de autoemprego com empregados. A segunda observação é a de que esses países que registam níveis mais elevados de proporções são os países mais pobres da UE-15: Grécia, Itália, Portugal e Espanha, bem como a Irlanda. A Dinamarca e o Luxemburgo são os países que registam menor proporção de auto empregados, sendo que o Luxemburgo também é um dos que regista menor proporção de empregadores, a par com o Reino Unido.

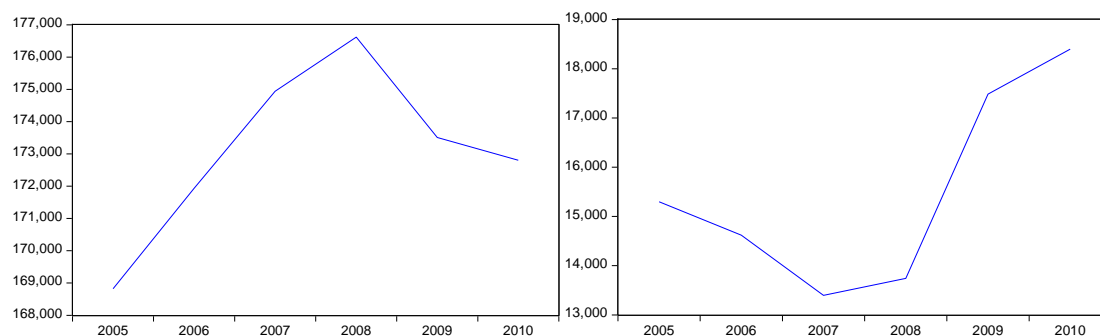
Figura 8. PIB na UE-15



Usando o produto como indicativo do ciclo económico, conclui-se que segue uma tendência em muito semelhante ao autoemprego, logo o autoemprego com empregados aparenta ter tido uma tendência contra-cíclica tanto em 2007-2008, como a partir de 2009.

Figura 9. Emprego na UE-15 (esquerda)

Figura 10. Desemprego na UE-15 (direita)



Como seria de esperar, o emprego cresce até 2007, começando a cair cerca de um ano após o produto. A recuperação demonstrada pelo produto e o autoemprego, a partir de 2009, não é refletida pelo emprego no mesmo ano, pelo que é possível que o emprego tenha um atraso em relação ao produto. Assim sendo, dentro das variáveis de emprego, o autoemprego será uma das que mais tem uma tendência pró-cíclica.

Já o desemprego, reage a quebra do produto logo no primeiro ano da crise, não apresentando recuperação até 2010.

Figura 11. Educação na UE-15



A taxa de participação em educação e formação tem tido um comportamento claramente decrescente desde o início da estratégia, ao contrário do que seria esperado. Ainda assim, há que ter em consideração que a quebra total não chega a 1%, pelo que quase que poderá ser considerada contante. Nenhuma relação é visualmente observável entre esta variável e qualquer uma das anteriormente apresentadas.

6. Um modelo explicativo para o efeito das políticas europeias no empreendedorismo e autoemprego

Tendo recorrido à regressão linear múltipla, estimámos modelos explicativos tanto para o autoemprego como para o empreendedorismo na UE, com o objetivo de chegar a um conjunto de modelos que pudessem explicar os principais determinantes de cada um em 2005 e em 2010, anos em que se iniciou ou finalizou a Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego, segunda fase da EL.

Para medir o autoemprego, selecionamos as variáveis autoemprego e proporção de autoemprego na população ativa. Para medir o empreendedorismo, selecionamos as variáveis autoemprego com empregados e proporção de autoemprego com empregados na população ativa, tendo usado a mesma generalização que Román, Congregado e Millán (2010a).

As variáveis independentes escolhidas constam no quadro 2., dividindo-se entre variáveis explicativas do ciclo económico, poupança, procura, dívida e taxa de desemprego, a qual reflete também o emprego/desemprego, variáveis que consideram a mudança de paradigma do mercado de trabalho conforme as perspetivas apresentadas, incluindo flexibilidade e as habilitações ao nível do Ensino Superior. Esta última é também um indicador de educação, a par com a taxa de participação em educação e formação (todos os níveis de ensino). Para a EL, usámos medidas que refletem algumas das políticas aplicadas, como as contribuições para a segurança social por parte dos empregadores, a qual se enquadra em políticas de redução de custos para os empregadores, os impostos sobre os lucros das empresas, a qual reflete políticas de incentivos financeiros para a criação de empresas e as despesas em I&D, como um indicador das políticas para uma economia intensiva em conhecimento. Por fim, foram consideradas duas medidas de proteção social, as quais, de acordo com estudos anteriores, poderão influenciar positivamente o empreendedorismo, tendo considerado as compensações de desemprego e as despesas totais em proteção social.

É de ressaltar que a escolha das variáveis dependeu bastante da disponibilidade dos dados para o período considerado.

Tratando-se de um modelo seccional, a opção escolhida foi a de o estimar para os extremos, 2005 e 2010, primeiro e último ano da segunda fase da estratégia. Cada variável contém 14 observações, referentes a 14 países da UE-15.

Estimámos 9 modelos, 4 para 2005 e 5 para 2010, dos quais cada um se refere a uma variável dependente diferente, à exceção dos modelos 7 e 8, que se referem ambos à mesma variável - devido à escolha de diferentes variáveis independentes ser tão diferente e ambos os modelos bastante explicativos, decidimos manter dois modelos para a mesma variável dependente. A informação geral sobre os modelos pode ser consultada nos quadros 3 e 4.

Antes de mais, é possível notar que as variáveis contribuições por parte dos empregadores para a segurança social e taxa de desemprego, não foram usadas em nenhum dos modelos pois nunca se podia inferir positivamente pelo seu poder explicativo. É de ressaltar que, à exceção dos modelos 3 e 9, nenhum modelo tem termo independente, uma vez que não era estatisticamente significativo.

Nos modelos para o autoemprego em 2005, o modelo 1 tem como variável dependente o autoemprego total em 2005 e tem 93% de capacidade explicativa, dado o seu coeficiente de correlação ajustado, tendo como variáveis independentes a dívida consolidada bruta, a participação em educação e formação, os trabalhadores temporários e as compensações do desemprego. Todas as variáveis explicativas do modelo 1 contribuem positivamente para o autoemprego, com exceção das compensações do desemprego, as quais, segundo o modelo, tendem a diminuir o autoemprego. Por sua vez, o modelo 3 usa a proporção de autoemprego como variável dependente e é de todos os modelos aquele que tem uma maior capacidade explicativa (99%) e usa como variáveis dependentes a poupança líquida, a dívida consolidada bruta, os trabalhadores temporários, os impostos sobre os lucros das empresas, as despesas em proteção social e as despesas em I&D. Destas variáveis, apenas a dívida consolidada bruta e os impostos sobre os lucros das empresas influenciam positivamente o autoemprego. O coeficiente da variável trabalhadores temporários tem a magnitude de um infinitésimo negativo (o coeficiente estandardizado é de -17,7%) mas dado o valor p deste coeficiente, temos que a considerar relevante para o modelo.

Nos modelos para o autoemprego em 2010, o modelo 6, que usa como variável dependente o autoemprego total, tem uma capacidade explicativa de 93% e apenas a participação no Ensino Superior é estatisticamente significativa, a qual tem uma influência positiva sobre a variável dependente. Por sua vez, o modelo 7, que tem variável dependente proporção de autoemprego é explicativo em 97% e usa como variáveis independentes a dívida consolidada bruta e a proporção de trabalhadores temporários na população ativa. Ambas as variáveis exercem um efeito positivo sobre a

variável dependente no modelo. O modelo 8 (96%), tem também a proporção de empregadores como variável dependente e vem introduzir que a procura doméstica tem um efeito positivo no autoemprego, e confirmar que em 2010 a relação negativa entre o autoemprego e as despesas em I&D se mantém.

Quanto aos modelos que procuram explicar o empreendedorismo em 2005, o modelo 2 tem como variável dependente o autoemprego com empregados, uma capacidade explicativa de 91% e as variáveis independentes incluídas neste modelo são a dívida consolidada bruta, os trabalhadores temporários e as compensações de desemprego, sendo que todas as variáveis exercem uma influência positiva sobre a variável que o modelo procura explicar. O modelo 4, que tem como variável dependente a proporção de empregadores, tem como variáveis dependentes a procura doméstica e a participação no Ensino Superior, sendo que a primeira exerce um positivo sobre a variável dependente e a segunda exerce um efeito negativo, explicando-a em 97%.

Por fim, os modelos para o empreendedorismo em 2010 são o modelo 6 e 9. O modelo 6 tem como variável dependente o número total de empregadores, o qual é explicado em 94% pela participação no Ensino Superior e pelos trabalhadores temporários. O modelo 9, com uma capacidade explicativa de 39% para a variável proporção de autoemprego com empregados, usando apenas como variável explicativa a dívida consolidada bruta.

Em suma, é possível identificar algumas diferenças significativas entre os modelos que explicam o autoemprego e aqueles que procuramos que expliquem o empreendedorismo.

Em 2005, de entre as variáveis referentes ao ciclo económico, a dívida consolidada bruta é incluída tanto em modelos para o autoemprego como para o empreendedorismo, influenciando sempre positivamente os fenómenos. A poupança líquida apenas influencia o autoemprego, negativamente, enquanto a procura doméstica influencia positivamente o empreendedorismo. As variáveis que procuram descrever a mudança de paradigma do mercado de trabalho verificam um efeito positivo sobre o empreendedorismo. Quanto à sua relação com o autoemprego, os modelos 1 e 3 levam-nos a conclusões antagónicas, no entanto, dada a magnitude do coeficiente estimado no modelo 3, temos que dar preferência ao efeito representado no modelo 1. A variável de participação no Ensino Superior aparenta estar negativamente relacionada com o empreendedorismo, enquanto a participação em educação e formação está positivamente relacionada com o autoemprego. Quanto às variáveis que procuram

descrever medidas de política das estratégias europeias, os impostos sobre os lucros das empresas exercem poder explicativo sobre o autoemprego e positiva e essa influência aparenta ser positiva; as despesas em I&D também só influenciam o autoemprego, tratando-se de uma influência negativa. A proteção social, aparenta ter um impacto positivo no empreendedorismo, enquanto revela um impacto negativo no autoemprego.

Em 2010, não são tantas as variáveis que influenciam quer o autoemprego quer o empreendedorismo. Das variáveis que servem de indicadores do ciclo económico, a dívida consolidada bruta parece exercer um efeito sobre as variáveis dependentes, exercendo um efeito positivo tanto no autoemprego como no empreendedorismo; a procura doméstica apenas exerce efeito sobre o autoemprego, sendo esse efeito também positivo. A mesma relação é verificada para as variáveis referentes à educação, sendo que apenas a variável referente ao Ensino Superior é considerada. As variáveis de mudança de paradigma do mercado de trabalho voltam também a exercer uma influência positiva sobre tanto o autoemprego como o empreendedorismo. A única variável referente à políticas europeias considerada pela estimação dos modelos foi a despesa em I&D, a qual volta a exercer um efeito negativo sobre o autoemprego.

Quadro 3 – As variáveis que influenciam o Autoemprego e o Empreendedorismo na UE15 em 2005

Variável Dependente.	Nº	R ² ajustado	Procura doméstica	Poupança líquida	Dívida bruta consolidada	Participação no ensino superior	Participação em educação e formação	Trabalhadores temporários	Impostos sobre os lucros das empresas	Despesas em proteção social	Compensações de desemprego	Despesas em I&D
AE	1	0,93			$\beta = 31,845$ $p < 0,05$		$\beta = 54,563$ $p < 0,05$	$\beta = 0,285$ $p < 0,05$			$\beta = -1123,9$ $p < 0,05$	
AECE	2	0,91			$\beta = 8,110$ $p < 0,05$			$\beta = 0,285$ $p < 0,05$			$\beta = 189,74$ $p < 0,05$	
PAE	3	0,99		$\beta = -0,259$ $p < 0,05$	$\beta = 0,201$ $p < 0,05$			$\beta = -0,000$ $p < 0,05$	$\beta = 1,842$ $p < 0,05$	$\beta = -0,866$ $p < 0,05$		$\beta = -0,045$ $p < 0,05$
PAECE	4	0,97	$\beta = 0,058$ $p < 0,05$			$\beta = -0,097$ $p < 0,05$						

Quadro 4 – As variáveis que influenciam o Autoemprego e o Empreendedorismo na UE15 em 2010

Variável Dependente	Modelo	R ² ajustado	Procura doméstica	Dívida bruta consolidada	Participação no ensino superior	Trabalhadores temporários	Proporção de trabalhadores temporários	Despesas em I&D
Autoemprego	5	0,93			$\beta = 1,698$ $p < 0,05$			
Autoemprego com empregados	6	0,94			$\beta = 1,281$ $p < 0,05$	$\beta = 0,194$ $p < 0,05$		
Proporção de autoemprego	7	0,97		$\beta = 0,123$ $p < 0,05$			$\beta = 0,333$ $p < 0,05$	
	8	0,96	$\beta = 0,185$ $p < 0,05$					$\beta = -2,396$ $p < 0,05$
Proporção de autoemprego com empregados	9	0,39		$\beta = 0,021$ $p < 0,05$				

7. Reflexão sobre as hipóteses da pesquisa

A nossa análise, quer descritiva quer econométrica, contribuiu para dar respostas às hipóteses que orientaram a nossa pesquisa.

Começando por analisar as hipóteses secundárias, é clara a relação entre o trabalho temporário ou a proporção de trabalho temporário tanto com o empreendedorismo como com o autoemprego. Sendo o empreendedorismo também uma forma de autoemprego e sendo este, a par com o trabalho temporário, uma das novas formas de trabalho flexível, é de esperar que exista uma relação positiva entre as duas, confirmando a nossa primeira hipótese secundária.

Quanto à nossa segunda hipótese secundária, a relação entre o empreendedorismo e a dívida pública é claramente positiva, o que é demonstrado pelos modelos econométricos 2 e 9. No entanto, não foi possível estimar a relação com o nível de desemprego.

A nossa terceira hipótese secundária é confirmada pelos modelos 1 e 2. No modelo 1 vemos que as compensações de desemprego distorcem o nível de autoemprego e no modelo 2 vemos que estas contribuem positivamente o empreendedorismo, confirmando os resultados de Román, Congregado e Millán (2010b).

Quanto à quarta hipótese secundária, temos que recorrer aos coeficientes estandardizados estimados pelos nossos modelos em relação às variáveis de educação. Em 2005, no modelo 1, a participação em educação e formação explica o autoemprego em cerca de 30%; em 2010, o autoemprego é explicado pelo modelo 5, tendo como única variável independente a participação no Ensino Superior, a qual tem um impacte estandardizado igual ao nível explicativo do modelo. Quanto ao empreendedorismo, em 2005, o modelo 4 usa a variável participação no Ensino Superior para explicar negativamente a variável dependente, diminuindo-a em cerca de 30%; em 2010, a influência desta variável no empreendedorismo passa a ser positiva, tendo no modelo 6 um impacte positivo de quase 50%.

Não podemos inferir com clareza se as variáveis de educação têm maior poder explicativo sobre o autoemprego ou sobre o empreendedorismo, podendo apenas concluir que i) o ensino superior influenciava negativamente o empreendedorismo em 2005 a influenciá-lo positivamente em 2010, e que ii) o autoemprego é tanto em 2005 como em 2010 influenciado pela educação.

Por fim, quanto à hipótese central do nosso estudo, a primeira impressão que podemos tirar da nossa análise descritiva é a de que, uma vez ocorrida a quebra no nível de empregadores em 2008, as políticas europeias não foram capazes de reverter a tendência decrescente do fenómeno. No entanto, pela mesma análise, vemos que em 2009 o autoemprego começou a recuperar da quebra que iniciou em 2007.

Pela análise econométrica, as variáveis que seleccionámos enquanto representativas de medidas de estímulo das políticas de empreendedorismo, parecem sortir apenas efeito sobre o autoemprego, à exceção das contribuições para a segurança social por parte dos empregadores. A variável impostos sobre os lucros das empresas tem um efeito positivo sobre o nível de autoemprego em 2005, o que deverá querer dizer que políticas de redução dos custos tributários das empresas não levarão a um aumento do mesmo, ao contrário daquilo que deve ser expectado pelas políticas de apoio à criação de empresas. A variável indicativa da transição para uma economia intensiva em conhecimento, investimento em I&D, aparece também negativamente correlacionada com o autoemprego, tanto em 2005 como em 2010.

Ou seja, quanto à hipótese central do nosso estudo, que era a de que as políticas da EL estiveram mais orientadas para estimular o autoemprego do que do empreendedorismo, esta não pode ser totalmente confirmada pelos modelos. Podemos sim, tanto pela análise descritiva como pela análise econométricas, inferir que as políticas europeias não tiveram efeito sobre o nível de empreendedorismo. Quanto ao autoemprego, embora a análise descritiva aponte para uma recuperação do mesmo a partir de 2009, esta pode ser meramente devida ao ciclo económico, embora também possa ter sido influenciada pelas políticas da EL. No entanto, a nossa análise econométrica, sugere que algumas medidas de política possam ter sortido um efeito negativo sobre o autoemprego. Ainda assim, nada podemos inferir sobre a relação entre as políticas da EL e o autoemprego.

Conclusão

O nosso estudo foi iniciado com a pergunta de partida *qual o impacte das políticas europeias nos níveis de empreendedorismo e autoemprego na UE-15, dadas as condições macroeconómicas que se fizeram sentir no período da Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego (2005-2010)?*

Depois de fazermos o necessário enquadramento teórico e de, recorrendo à informação disponível, analisado estatisticamente os fenómenos, pensamos poder dar algumas respostas à pergunta.

A escolha das variáveis quer dependentes que independentes, foi condicionada pela disponibilidade dos dados, quer em termos de variedade, quer em termos de períodos temporais disponíveis. Esta escolha terá, naturalmente, tido uma forte influência nos resultados obtidos, tendo limitado o espetro de estimação dos modelos. Por sua vez, nada nos garante que os fenómenos estudados tenham uma relação linear com a variável dependente, tendo alguns dos autores de estudos anteriores usado outros tipos de modelos e dados.

Estudos futuros poderão procurar horizontes temporais mais alargados, os quais deverão levar a resultados mais precisos. Análises logit ou de séries temporais e o uso de dados de painel poderão contribuir para aumentar a precisão do estudo, bem como uma escolha mais alargada de variáveis dependentes e independentes.

A crise económica e financeira mundial veio não só distorcer a eficácia das políticas da EL, como colocar em causa muitos dos resultados anteriormente alcançados pelas mesmas, o que poderá ter posto em causa alguma das hipóteses do nosso estudo. Ainda assim, foi um fator que tivemos em conta desde o início do estudo, tendo tido em conta o seu impacte ao longo de todo o estudo.

Quanto ao nível de empreendedorismo, o qual foi medido pela generalização do autoemprego com empregados (empregadores), defendida por Román, Congregado e Millán (2010a), não nos foi possível encontrar nenhuma relação de impacte direto das políticas europeias no mesmo nem em 2005 nem em 2010. Dadas as nossas hipóteses, esta conclusão está de acordo com o previsto.

No entanto, esperávamos encontrar uma relação de impacte positivo entre as políticas da estratégia e o nível de autoemprego, uma vez que colocámos como hipótese inicial que as políticas orientadas para o empreendedorismo fossem na verdade medidas

‘disfarçadas’ de ativação do mercado de trabalho, dado o longo histórico de taxas de desemprego elevadas na Europa. Dados os resultados obtidos, não podemos retirar nenhuma conclusão clara acerca do impacto das políticas europeias sobre o nível de autoemprego.

Ainda assim, pudemos observar que as despesas em I&D influenciam negativamente o autoemprego, quer em 2005, quer em 2010, o que demonstra que alguma incompatibilidade entre o autoemprego e as políticas para uma economia intensiva em conhecimento.

Foi-nos possível confirmar a tendência de reatividade face ao ciclo económico por parte dos empreendedores, a qual nos fora referida por Koellinger e Thurik (2009), dado que o nível de dívida pública gera um impacto positivo no nível de empreendedorismo.

Também foi confirmado o postulado de Román, Congregado e Millán (2010a) de que qualquer tipo de rendimento, entre os quais as compensações de desemprego, aumentarão a probabilidade de um indivíduo transitar para uma situação de empregador.

Quanto aos novos paradigmas do mercado de trabalho, à nova relação laboral e à flexibilidade, é evidente a existência de uma relação de causalidade entre o trabalho temporário e ambas as variáveis em estudo, o empreendedorismo e o autoemprego, o que sugere que todas estas são formas de emprego a emergir na sociedade.

Foi encontrada evidência para uma relação entre a procura doméstica e ambas as variáveis do estudo, empreendedorismo e autoemprego, o que sugere que ambas são guiadas pela oportunidade (*opportunity-driven*).

Outra das falhas do nosso estudo foi provar a relação entre empreendedorismo e Ensino Superior, a qual se tornou inconclusiva, não podendo confirmar as relações estudadas por Román, Congregado e Milán (2010b) e por Block, Hoogerheide e Thurik (2013).

Em suma, embora não tenhamos confirmado a existência de uma relação entre as políticas europeias da EL com o autoemprego, podemos confirmar parcialmente a hipótese central do nosso estudo, uma vez que estimámos não ter havido qualquer tipo de relação entre essas políticas e o nível de empreendedorismo, o que nos remete para o argumento de que a transição de uma economia de gestão para a economia do empreendedorismo é ainda uma realidade distante.

Referências Bibliográficas

- Andersson, Pernilla e Wadensjö, Eskil (2004), *Other Forms of Employment: Temporary employment agencies and self-employment*, Bonn, Institute for the Study of Labor
- Audretsch, David B. e Thurik, A. Roy (2010), *Unraveling the Shift to the Entrepreneurial Economy*, Amsterdam, Tinbergen Institute
- Begg, Iain; Erhel, Christine e Mortensen, Jørgen (2010), *Medium-term Employment Challenges*, s.l, Centre for European Policy Studies
- Blanchflower, David G. (2004), *Self-employment: more may not be better*, Cambridge, National Bureau of Economic Research
- Block, Joern H.; Hoogerheide, Lennart e Thurik, Roy (2013), *Education and entrepreneurial choice: an instrumental variables analysis*, s.l, International Small Business Journal, 31(1), 23-33
- Butković, Hrvoje E Samardžija, Višnja (2010), *From the Lisbon Strategy to Europe 2020*, s.l, Institute for International Relations – IMO, Zagreb and EU in cooperation with the Delegation of the European Union to the Republic of Croatia
- Comissão Europeia (2005), *Communication to the Spring European Council*, Brussels, European Commission
- Comissão Europeia (2010), *Lisbon Strategy Evaluation Document*, Brussels, European Commission
- Conselho Europeu (2005), *Council Decision on Guidelines for the Employment Policies of the Member States*, s.l, The Council of the European Union
- Conselho Europeu (2000), *Presidency Conclusions of the Lisbon European Council 23 and 24 March 2000*, Lisbon, European Council
- Esping-Anderson, Gösta (2002), *Why We Need a Welfare State*, Oxford, Oxford University Press
- Grimm, Heike M. (2011), *The Lisbon Agenda and Entrepreneurship Policy: Governance Implications from a German Perspective*, Malden, Blackwell Publishing
- Hébert, Robert F. e Link, Albert N. (1989), *In search of the meaning of entrepreneurship*, *Small Business Economics*, 1(1), 39 - 49
- Hofstede, Geert; Noorderhaven, Niels G.; Thurik, A. Roy; Uhlaner, Lorraine M.; Wennekers, Alexander R. M. e Wildeman, Ralph E. (2004), “Culture’s role in entrepreneurship: self-employment out of dissatisfaction”, em Brown, Terrence E. e

- Ulijn (orgs.), *Innovation, Entrepreneurship and Culture: The interaction between technology, progress and economic growth*, Cornwall, Edward Elgar Publishing
- Koellinger, P.D. e Thurik, A.R. (2009), *Entrepreneurship and the Business Cycle*, Amsterdam, Tinbergen Institute
- Millán, José Maria; Hessels, Jolanda; Thurik, Roy e Aguado, Rafael (2011), *Determinants of Job Satisfaction across the EU-15: A comparison of self-employed and paid employees*, Amsterdam, Tinbergen Institute
- Muffles, Ruud (2004), “Flexibility and Employment Security in Europe: Setting the Scene”, em Muffles, J. A. (org.), *Flexibility and Employment Security in Europe – Labour Markets in Transition*, Cheltenham, Edward Elgar
- Noorderhaven, Niels; Thurik, Roy; Wennekers, Sander e Stel, André van (2003), *Self-Employment across 15 European Countries: The role of dissatisfaction*, Rotterdam, Erasmus Research Institute of Management
- Parker, Simon C. (2004), *The Economics of Self-employment and Entrepreneurship*, New York, Cambridge University Press
- Rodrigues, Maria João (2009a), *Europe, Globalization and the Lisbon Agenda*, Cheltenham, Edward Elgar
- Rodrigues, Maria João (2009b), “The influence of the European socio-economic model in the global economy”, em Telò, Mario (orgs.), *The European Union and Global Governance*, s.l, Routledge/GARNET series: Europe in the World
- Román, Congregado Millán (2010a), *Start-up Incentives: entrepreneurship policy or active labour market programme?*, Huelva, Universidad de Huelva
- Román, Congregado Millán (2010b), *The Emergence of New Entrepreneurs in Europe*, Huelva, Universidad de Huelva
- Schmid, Günther (2010), *Non-Standard Employment and Labour Force Participation: A comparative view of the recent development in Europe*, Bonn, Institute for the Study of Labor
- Schomburg, H., Teichler, U. (2006), *Higher Education and Graduate Employment in Europe*, Dordrecht, Springer
- Thurik, A. Roy; Carree, Martin A.; Stel, André van e Audretsch, David B. (2007), *Does Self-Employment Reduce Unemployment?*, Jena Economic Research Papers, 89

Anexo A – Outputs do SPSS

Modelo 1

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment (15-74) 05	1751,3786	2407,49428	14
gov consolidated gross debt / % gdp 05	61,3500	65,58862	14
particip in ed and training (25-64)% 05	12,5214	14,93512	14
Temporary employees 05	1448,8500	2162,46197	14
unemp benef / % gdp 05	1,7807	1,93160	14

Model Summary^{f,g}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,975 ^e	,950	,930	634,99875	1,431

ANOVA^{f,g}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	7,711E7	4	1,928E7	47,810	,000 ^e
	Residual	4032234,078	10	403223,408		
	Total	8,114E7	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	Temporary employees 05	,789	,104	,709	7,557	,000	,565	1,770
	gov consolidated gross debt / % gdp 05	31,845	5,059	,868	6,295	,000	,262	3,823
	unemp benef / % gdp 05	-1125,883	211,043	-,903	-5,335	,000	,173	5,770
	particip in ed and training (25-64)% 05	54,563	18,728	,338	2,913	,015	,368	2,716

a. Dependent Variable: Self-employment (15-74) 05

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 2

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment WE (15-74) 05	576,9857	801,41705	14
gov consolidated gross debt / % gdp 05	61,3500	65,58862	14
Temporary employees 05	1448,8500	2162,46197	14
unemp benef / % gdp 05	1,7807	1,93160	14

Model Summary^{e,f}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,962 ^d	,925	,905	246,88995	1,315

f. Linear Regression through the Origin

ANOVA^{e,f}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	8321269,001	3	2773756,334	45,505	,000 ^d
	Residual	670501,139	11	60954,649		
	Total	8,992E6	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	Temporary employees 05	,285	,041	,768	7,029	,000	,567	1,763
	gov consolidated gross debt / % gdp 05	8,110	1,967	,664	4,124	,002	,262	3,821
	unemp benef / % gdp 05	-189,736	66,706	-,457	-2,844	,016	,262	3,813

a. Dependent Variable: Self-employment WE (15-74) 05

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 3

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
Self-employment (15-74)/act pop 05	13,8801	5,73088	14
net saving / %gdp 05	7,2214	4,96994	14
gov consolidated gross debt / % gdp 05	61,3500	24,07139	14
taxes on the income or profits of corporations including holding gains 05	3,1214	,58858	14
Temporary employees 05	1448,8500	1665,92678	14
Soc protec expenditure / % gdp 05	26,7064	3,87186	14
R&D expend / %gdp 05	14,8586	48,40314	14

Model Summary^a

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,997 ^f	,994	,989	,61249	1,994

ANOVA^a

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	424,333	6	70,722	188,519	,000 ^f
	Residual	2,626	7	,375		
	Total	426,959	13			

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	22,364	2,257		9,909	,000		
	net saving / %gdp 05	-,259	,047	-,224	-5,540	,001	,536	1,864
	Soc protec expenditure / % gdp 05	-,866	,049	-,585	-17,851	,000	,818	1,222
	gov consolidated gross debt / % gdp 05	,201	,012	,842	16,992	,000	,358	2,797
	R&D expend / %gdp 05	-,045	,004	-,377	-10,032	,000	,621	1,611
	Temporary employees 05	,000	,000	-,177	-5,771	,001	,929	1,077
	taxes on the income or profits of corporations including holding gains 05	1,842	,383	,189	4,814	,002	,569	1,759

a. Dependent Variable: Self-employment (15-74)/act pop 05

Modelo 4

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment WE (15-74) / act pop 05	4,5024	4,65485	14
domestic demand / %gdp 05	98,4429	98,63480	14
particip in ed and training (25-64)% 05	12,5214	14,93512	14

Model Summary^{d,e}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,988 ^c	,976	,972	,77403	2,685

ANOVA^{d,e}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	296,157	2	148,078	247,159	,000 ^c
	Residual	7,189	12	,599		
	Total	303,346 ^b	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	T	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	domestic demand / %gdp 05	,058	,004	1,230	15,625	,000	,319	3,137
	particip in ed and training (25-64)% 05	-,097	,025	-,312	-3,965	,002	,319	3,137

a. Dependent Variable: Self-employment WE (15-74) / act pop 05

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 5

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment (15-74) 10	1702,5500	2415,53073	14
tertiary educ particip (trends in n ^o stud) 10	1011,9857	1374,69681	14

Model Summary^{c,d}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,966 ^a	,933	,928	646,67574	2,609

ANOVA^{c,d}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	7,625E7	1	7,625E7	182,335	,000 ^a
	Residual	5436463,708	13	418189,516		
	Total	8,169E7	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	tertiary educ particip (trends in n ^o stud) 10	1,698	,126	,966	13,503	,000	1,000	1,000

a. Dependent Variable: Self-employment (15-74) 10

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 6

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment WE (15-74) 10	553,0500	800,59785	14
tertiary educ particp (trends in n° stud) 10	1011,9857	1374,69681	14
Temporary employees 10	1436,8500	2098,68205	14

Model Summary^{d,e}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,973 ^c	,948	,939	197,87997	2,074

ANOVA^{d,e}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	8503519,181	2	4251759,591	108,584	,000 ^c
	Residual	469877,769	12	39156,481		
	Total	8,973E6	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	Temporary employees 10	,194	,069	,508	2,803	,016	,133	7,540
	tertiary educ particp (trends in n° stud) 10	,281	,106	,482	2,658	,021	,133	7,540

a. Dependent Variable: Self-employment WE (15-74) 10

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 7

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment (15-74)/act pop 10	12,2660	12,77201	14
gov consolidated gross debt / % gdp 10	70,8286	75,40800	14
temp empl / act pop 10	10,3128	10,98921	14

Model Summary^{d,e}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,985 ^c	,971	,966	2,35690	2,035

ANOVA^{d,e}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2217,078	2	1108,539	199,557	,000 ^c
	Residual	66,660	12	5,555		
	Total	2283,738 ^b	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	gov consolidated gross debt / % gdp 10	,123	,017	,725	7,091	,000	,233	4,297
	temp empl / act pop 10	,333	,119	,286	2,799	,016	,233	4,297

a. Dependent Variable: Self-employment (15-74)/act pop 10

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 8

Descriptive Statistics^b

	Mean ^a	Root Mean Square	N
Self-employment (15-74)/act pop 10	12,2660	12,77201	14
domestic demand / %gdp 10	95,1786	95,65705	14
R&D expend / %gdp 10	2,2321	2,36834	14

Model Summary^{d,e}

Model	R	R Square ^b	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,981 ^c	,962	,955	2,70473	2,505

ANOVA^{d,e}

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2195,951	2	1097,975	150,087	,000 ^c
	Residual	87,787	12	7,316		
	Total	2283,738 ^b	14			

Coefficients^{a,b}

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	domestic demand / %gdp 10	,185	,022	1,387	8,347	,000	,116	8,615
	R&D expend / %gdp 10	-2,396	,896	-,444	-2,675	,020	,116	8,615

a. Dependent Variable: Self-employment (15-74)/act pop 10

b. Linear Regression through the Origin

Modelo 9

Descriptive Statistics

	Mean	Std. Deviation	N
Self-employment WE (15-74) / act pop 10	4,0221	,85275	14
gov consolidated gross debt / % gdp 10	70,8286	26,85506	14

Model Summary^b

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate	Durbin-Watson
1	,660 ^a	,436	,389	,66677	1,544

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	4,118	1	4,118	9,264	,010 ^a
	Residual	5,335	12	,445		
	Total	9,453	13			

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.	Collinearity Statistics	
		B	Std. Error	Beta			Tolerance	VIF
1	(Constant)	2,538	,519		4,887	,000		
	gov consolidated gross debt / % gdp 10	,021	,007	,660	3,044	,010	1,000	1,000

a. Dependent Variable: Self-employment WE (15-74) / act pop 10